



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO VI - Nº 81 - JANEIRO DE 1994 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35

## **Posse de FHC significa:**

**Mais arrocho salarial**

**Mais privatizações**

**Mais ataques à Saúde, Educação,  
Previdência e Moradia**

**Mais submissão ao capital estrangeiro**

**Mais impostos para os assalariados**

**Nossa resposta deve ser a luta nas ruas:**

## **Abaixo o Plano Real!**

*A crise do México anuncia:*

**A estabilidade do neoliberalismo é artificial**

**Façamos a luta antiimperialista**

**e anticapitalista!**

**Fora os Russos da Chechênia!**

## O abono é uma migalha

O ex-presidente Itamar, no final de seu mandato, pretendia elevar o salário mínimo a 100 dólares, o que correspondia a 85 Reais. Esse valor sequer cobre o custo da cesta básica, que chega a 108 Reais. Como se vê, a pretensão de Itamar não resolvia em absoluto a situação de miséria de milhões de trabalhadores.

Mesmo assim Fernando Henrique Cardoso não admitiu tal feito. O novo presidente utilizou-se do velho argumento de que a Previdência Social não teria como arcar com o reajuste do salário mínimo, o mesmo acontecendo com o Estado em relação ao funcionalismo público.

Finalmente, em fins de dezembro, Itamar e Fernando Henrique negociaram transformar o reajuste em um abono de 15 Reais a ser pago apenas uma vez em janeiro para os que ganham 1 salário mínimo. Quem tem salário entre 70 e 85 Reais receberá a diferença até alcançar o valor de 85. De mãos dadas e fraternalmente unidos o velho e o novo governo capitalistas dão uma migalha, claramente humilhante para os assalariados famintos.

O capitalismo é um sistema econômico que só pode funcionar superexplorando a força de trabalho. Eis porque uma minoria de industriais, banqueiros, comerciantes e latifundiários concentram grandes riquezas e a maioria vive na mais absoluta pobreza.

Nacional

## Por um salário mínimo de 750 Reais

A Câmara de Deputados terá de decidir sobre um projeto de elevação do salário mínimo para 100 Reais. O deputado do PT, Paulo Paim, vem negociando faz tempo um acordo para que o salário mínimo chegue ao mísero 100 Reais. Antes os reformistas do PT já chegaram a pleitear um reajuste um pouco mais alto.

Diante da resistência e negociatas com os demais partidos burgueses, os deputados petistas foram cedendo a valores cada vez menores. Esse paliativo de 100 Reais apenas demonstra a disposição dos partidos burgueses em manter a superexploração. Apesar de todos reconhecerem que é uma monstruosidade um salário mínimo de 70 Reais, que atinge 20 milhões de trabalhadores, é provável que nem mesmo o projeto de 100 Reais será aprovado.

A política dos reformistas de abrir mão das reais necessidades das massas oprimidas, rebaixando suas reivindicações a patamares insignificantes, com o argumento de que pouco a pouco é possível melhorar a vida da maioria, se mostra impotente e conduz à capitulação perante os exploradores. Os cálculos demonstram que para uma família sobreviver necessita de um salário mínimo de 750 Reais. Abaixo desse valor é manter a maioria trabalhadora na pobreza.

Sabemos que cerca de 70% da força de trabalho ganha até 3 salários mínimos. O que quer dizer que a maioria vive entre a indigência e a pobreza. Entretanto, essa maioria produz uma extraordinária riqueza apropriada pela minoria capitalista.

## Não confiar no Parlamento, confiar na luta de massa

A luta contra a miséria e a mutilação física de uma parcela dos trabalhadores é uma tarefa revolucionária no interior do capitalismo. Os reformistas e burocratas sindicais procuram convencer as massas oprimidas que a via de solução de seus problemas se encontra numa "representação parlamentar popular". Pretendem com isso fazer com que a revolta dos operários e camponeses pobres não se transforme em luta de massa contra os capitalistas e seu governo. Fazem de tudo para ganhar a confiança da maioria na idéia de que é possível se fazer reformas graduais (a conta-gota) através do Parlamento, bastando que os trabalhadores votem bem. Inculcam a posição de que o Parlamento renovado e democratizado se colocará a disposição de tais reformas.

Não é por acaso que os milionários aplaudem

o chamado "bom senso" e "realismo" dos reformistas do PT e da burocracia sindical. Ao mesmo tempo, negam qualquer pretensão reformista, por mais pequena que seja, como é o caso do salário mínimo de 100 Reais. A via reformista se constitui numa traição às mais elementares necessidades do povo. Por isso é necessário rejeitá-la e combatê-la.

A miséria da maioria só poderá ser resolvida se os trabalhadores tomarem em suas próprias mãos as reivindicações e lutarem por elas saindo às ruas em grandes manifestações, fazendo greves unificadas, ocupando fábricas, terras e outros locais de trabalho. Em defesa dessa linha, o Partido Operário Revolucionário (POR) defende e trabalha por uma campanha nacional de luta por um plano de reivindicações contra a miséria e a fome.



## Por uma Campanha Nacional e um Plano de Luta

1. Por um salário mínimo real de 750 reais;
2. Reposição de todas as perdas passadas;
3. Quebra do congelamento dos salários e pela escala móvel de reajuste de acordo com a inflação;
4. Emprego a todos através da escala móvel das horas de trabalho, a começar pela redução da jornada de trabalho para 6 horas;
5. Entrega das terras aos camponeses e confisco dos latifúndios sem indenização;
6. Não à abertura antinacional e pró-imperialista, não às privatizações, não ao pagamento da dívida externa e pelo controle operário da produção;
7. Moradia, saúde e educação para todos;
8. Não à intervenção no Rio de Janeiro e à militarização do país;
9. Pela expropriação dos grandes grupos econômicos e comerciais que esmagam a vida das massas.

## Denúncia: Os marajás do governo

O Congresso Nacional votará nos próximos dias um reajuste nos seus próprios salários. O salário do Presidente da República passará de 3,5 mil Reais para 11,2 mil, o que significa 220% de aumento. Os deputados e senadores de 4,08 mil para 10,13 mil, nada menos que 148%. O reajuste salarial dos Ministros de Estado será de 222%. É claro que ainda manterão todos os benefícios (carros, moradia, subsídios, gráfica, viagens etc).

São esses mesmos parlamentares que votam contra o salário mínimo real para a maioria dos trabalhadores. Enquanto enchem os bolsos com os milionários reajustes legislam contra a vida da maioria dos assalariados. Onde está o congelamento dos salários? É claro que nas costas unicamente das massas oprimidas. Como confiar nessa corruptela de parasitas? É uma grande traição da burocracia sindical submeter as reivindicações dos assalariados aos marajás do governo.

Nacional

## O que promete o novo governo de Fernando Henrique Cardoso

A posse de Fernando Henrique Cardoso e de seus 23 ministros não foi apenas um cerimonial pomposo. Também serviu para expor as metas do governo neoliberal, isto é, pró-imperialista e antipopular. O discurso presidencial dizendo que sua gestão será marcada pela resolução dos problemas sociais que afligem o povo não passou de oratória demagógica. Fernando Henrique se opôs até mesmo ao mísero salário mínimo de 85 Reais (100 dólares) pretendido por Itamar, que já pensava numa futura candidatura.

A linha geral apresentada pelos ministérios mais importantes revela a substância da política econômica de favorecimento do grande capital nacional e internacional. O eixo central do novo governo gira em torno da artificial estabilidade monetária arquitetada pelo Plano Real. A crise mexicana e a falência da diretriz neoliberal ditada pelos ban-

queiros internacionais indicaram o caminho a ser percorrido pelo Brasil. A Argentina já se encontra próxima da quebra mexicana.

Apesar das inúmeras diferenças apresentadas entre a situação mexicana e a brasileira, o que há de comum é que ambos os países aplicam planos que atendem interesses estranhos ao país, ou seja, que atendem interesses das potências imperialistas. O resultado dessa política antinacional recai sobre os ombros da maioria nacional oprimida, que são os trabalhadores.

O Plano Real só pode ser administrado por mais algum tempo às custas do congelamento dos salários, da miséria dos aposentados e do desemprego de milhões de pais de família. Os planos anunciados setorialmente pelos ministros



prometem pôr fim a aposentadoria por tempo de serviço, quebrar o monopólio estatal do petróleo, telecomunicações e energia, privatizar as universidades, aumentar impostos sobre a população e destruir conquistas sociais (fim da estabilidade do funcionalismo público) etc. Está aí a razão pela qual as potências imperialistas aplaudiram a ascensão do novo governo neoliberal.

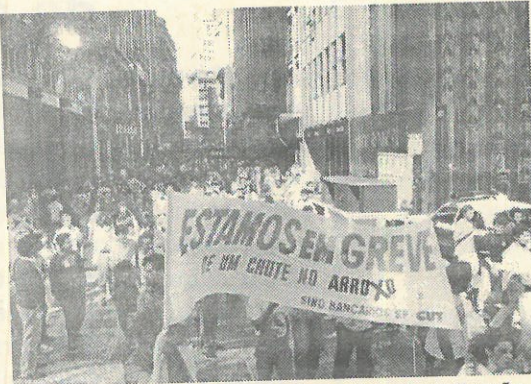


# O novo governo e a falência do Estado

Na posse presidencial e dos governos estaduais, vieram à tona a crise financeira da União e dos estados. Quanto à União, se revelou a recomposição do déficit público, antes

dito equilibrado pelo Plano Real e agora estimado em cerca de 15 bilhões de dólares. A primeira medida do Ministro do Planejamento, José Serra, foi a de cortar 2 bilhões de dólares no Orçamento, como medida inicial preventiva. Uma outra medida anunciada foi a de pagar parceladamente o reajuste do funcionalismo federal.

Apesar do aumento extraordinário da arrecadação de impostos, o déficit cresceu, ameaçando a capacidade de pagamento das dívidas do governo federal. Os



Bancários terão que lutar muito contra a privatização

capitalistas sabem disso e a utilizam como fonte de pressão inflacionária.

Em relação aos estados, a intervenção no Banespa e Banerj expôs a situação falimentar de tais instituições bancárias estaduais. Na verdade, a maioria dos bancos estaduais está em precárias condições de funcionamento, ou seja, à beira da quebra. O Banespa, que é o 3º banco do país, pertencente ao estado mais rico da federação, está literalmente falido, funcionando graças à injeção financeira do Banco Central.

Os problemas estaduais não param por aí. O novo governo do esta-

do de São Paulo, Mário Covas, decretou o pagamento parcelado ao funcionalismo público. O mesmo ocorre em vários outros estados, inclusive o dirigido pelo petista Victor Buaziz (Espírito Santo). O governo de Alagoas, Suruagy, imediatamente foi pedir socorro a Fernando Henrique Cardoso, dado que a falência não permite o funcionamento mínimo da máquina administrativa. O descabro é tal em Alagoas que o novo governo encontrou o palácio saqueado pelo governo anterior. No Rio Grande do Sul, Antônio Brito iniciou a administração cortando fundo o Orçamento.

O grande endividamento dos estados e da União é o retrato da falência do capitalismo semicolonial, submetido aos monopólios e aos credores internacionais. Por outro lado, é o retrato do esbanjamento, da corrupção, dos desmandos e do parasitismo dos capitalistas que saqueiam seu próprio Estado. O problema está em que quem paga a falência do Estado capitalista são as massas exploradas com os baixos salários e o desemprego em grande escala.

## Um governo de composição oligárquica

Em pouco tempo, o objetivo de Fernando Henrique Cardoso de reduzir o número de ministérios e concentrar os poderes do executivo na presidência se desfez. A posição minoritária do PSDB no Parlamento o torna refém do PFL e PMDB. Os ministérios foram preenchidos de acordo com o poder político de cada um desses partidos. A influência direta do oligarca Antônio Carlos Magalhães (PFL) reflete o continuísmo da divisão do poder entre as frações mais conservadoras e reacionárias da burguesia.

O controle dos mi-

nistérios econômicos pelo PSDB visa dar poder à fração do grande capital industrial do Sudeste. O problema está no predomínio do Parlamento pela oligarquia nordestina, distribuída entre os vários partidos, inclusive no interior do próprio PSDB. O acordo de cúpula em levar adiante o Plano Real se dá nos aspectos gerais. Entretanto, a implantação dos aspectos particulares do Plano provoca grandes divergências.

Os monopólios reclamam da impossibilidade de se manter os preços semi-congelados. Os financistas não admitem a restrição imposta ao crediário, uma vez que os ganhos com a especulação inflacionária foram reduzidos. Os exportadores exigem mudanças na política cambial, que sobrevalorizou o Real em relação ao dólar. Setores da burguesia industrial vinculados ao mercado interno de-

nunciam a possibilidade de desindustrialização devido à abertura indiscriminada do mercado. A fração abertamente pró-imperialista exige uma firme privatização da estatais. Setores da burocracia estatal defendem uma privatização lenta, gradual e parcial. Tudo isso indica que o governo será colocado cada vez mais sob a pressão de distintos interesses da burguesia nacional e internacional.

A idéia de um governo de união nacional está fadada ao fracasso. A tendência é aumentar a divisão interburguesa assim que naufragar o Plano Real e todos os grandes problemas postergados vierem à tona. Trata-se da classe operária colocar na ordem do dia suas reivindicações, rejeitar o compromisso traidor do reformismo petista, da Frente Brasil Popular e da burocracia sindical.

# Não aceitemos as demissões

## Pelo controle dos bancos pelos trabalhadores

O descalabro financeiro do Banespa, do Banerj e demais bancos estaduais é de responsabilidade dos governantes. Um exemplo claro é do Banespa. Os governos Quéricia e Fleury (PMDB) saquearam os fundos do banco para financiar sua politicagem e a corrupção. O estado de São Paulo deve 8 bilhões de dólares ao Banespa. Uma fábula foi emprestada para grupos econômicos falidos, como é o caso da Vasp e da Cooperativa Cotia. Esses governos se elegem com o apoio do poder econômico e depois retribuem através de falcatruas e facilidades, utilizando-se das empresas estatais e de seus bancos.

A intervenção do governo federal objetiva sanear os bancos para em seguida privatizá-los. É mais uma forma de favorecer os grandes grupos financeiros. O saneamento passa pela demissão em massa de bancários. É sempre

assim. Toda e qualquer crise quem paga são os trabalhadores. Os governantes e capitalistas que saquearam os bancos estão ricos e livres. Os assalariados são penalizados pelo desemprego.

É necessário reagir a essas medidas antipopulares. Trata-se de impor o controle dos bancos pelos trabalhadores. Somente estes podem fazer investigação dos crimes financeiros e políticos dos governantes. É necessário que se convoque uma plenária de delegados de trabalhadores em estabelecimentos bancários para constituir um comitê de defesa do trabalho, contra as privatizações e pelo controle dos bancos pela base.

Nacional

## A Reforma Constitucional antinacional e antipopular

Sob o governo Itamar, foi tentada a chamada reforma constitucional, porém as divergências interburguesas eram tantas que foi impossível levá-la adiante. Agora, os setores mais reacionários da burguesia exigem do governo de Fernando Henrique Cardoso uma posição de força para modificar a Carta Magna.

A razão de tais pressões se deve ao fato da Constituição promulgada em 1988 ter mantido como lei constitucional a manutenção do monopólio estatal do petróleo, energia e telecomunicações. Ao mesmo tempo, ter disciplinado a participação do capital estrangeiro na economia nacional, com o conceito de empresa nacional e estrangeira.

Tal legislação dificulta a investida do imperialismo no sentido da privatização e abertura do mercado. O Plano Real tem como uma das metas fundamentais a entrega das empresas estatais.

Esse é um lado do problema. Um outro se refere à regulamentação fiscal, ou seja, à arrecadação e distribuição dos impostos entre a federação, estados e municípios. Anteriormente, a ditadura militar concentrava em suas mãos todo o poder financeiro, uma forma de manter os estados submissos ao poder central. Porém, devido aos desequilíbrios regionais tal concen-

tração se tornou insustentável. E, com a chamada democratização, as forças interburguesas em luta estabeleceram novos critérios, dando maiores poderes aos estados.

Ocorre que o extraordinário endividamento externo e interno da União se tornou incompatível com a distribuição dos tributos facultada pela Constituição de 1988. O déficit público crescente e a necessidade de saldar a dívida com os credores têm servido de justificativa para modificar os critérios e restabelecer a mesma forma de concentração dos tributos nas mãos da União, como ocorria na época do regime militar.

O imperialismo tem exigido dos sucessivos governos "democráticos" a reforma fiscal concentracionista. Isto facilitaria destinar o dinheiro para o pagamento da dívida interna e externa em detrimento dos interesses das frações oligárquicas que predominam em cada estado e em detrimento da própria vida das massas, uma vez que a burguesia descarregará com maior força ainda a crise sobre os oprimidos.

Um outro aspecto da reforma constitucional está direcionado contra a aposentadoria por tempo de serviço, as aposentadorias especiais e a estabilidade do funcionalismo público. O objetivo de aumentar o tempo de trabalho

para se aposentar está em possibilitar a privatização da Previdência e descarregar o Estado dessa responsabilidade social. Tal medida ocorre quando o desemprego vem aumentando e quando um trabalhador com 35 anos de idade já é considerado traste velho.

Como vemos, para se proteger os interesses dos capitalistas frente à desintegração do sistema de exploração do trabalho, o governo toma medidas contrárias ao país e aos mais elementares interesses dos assalariados. Estamos diante de um governo e de uma burguesia nacional completamente submissos ao capital internacional. A Constituição é apenas um empecilho legal para o entreguismo antinacional e antipopular.

Certamente, não cabe ao proletariado e ao conjunto dos oprimidos defender qualquer Constituição capitalista. Mas trata-se de sair às ruas por um plano de reivindicações que contenha as bandeiras antimperialistas contra a privatização, defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa e contra a quebra das conquistas sociais, como a aposentadoria por tempo de serviço, a Previdência estatal e a estabilidade de emprego que deve ser estendida a todos os assalariados.



# O PT frente ao novo governo

O candidato derrotado Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e a própria direção do partido se colocaram, imediatamente após às eleições, por colaborar com Fernando Henrique Cardoso. Da discussão interna se o PT deveria fazer oposição sistemática ou "oposição propositiva" (apoiar aquilo que é positivo e negar o que for negativo), aprovou-se a segunda conduta. Certamente, se pode fazer uma oposição sistemática no Parlamento sem se sair dos quadros da política burguesa, entretanto a direção do partido pretendeu deixar claro sua disposição de sustentar a governabilidade.

Esse fato não é surpreendente, porque o PT antes mesmo das eleições propunha uma coligação com o PSDB. Tal linha de colaboração com setores burgueses colocou e coloca o PT a reboque da ofensiva neoliberal. A revelação de que os reformistas receberam milhões de dólares das empreiteiras, de banqueiros etc demonstra o compromisso material do PT com frações da burguesia. Cada vez mais, os reformistas se comprometem com a ditadura de classe dos capitalistas sobre

o proletariado e o conjunto dos oprimidos. Alia-se à minoria exploradora contra a grande maioria explorada. Eis porque está fadado a assumir posições pró-imperialistas contrárias à da maioria nacional oprimida.

Numa linha contrária, caminha o proletariado, campesinato sem terra e a camada mais arruinada da pequena burguesia urbana. O ascenso grevista desse final de ano teve como espinha dorsal a classe operária, diferentemente de surtos grevistas imediatamente anteriores puxados pela pequena burguesia urbana (funcionalismo).

As massas nem bem sentiram a

(petistas) e direitistas que dominam o movimento sindical.

A divisão da greve metalúrgica do ABC, as manobras da burocracia contra a greve dos petroleiros, a desativação da greve nacional dos bancários, o isolamento por fábrica das greves metalúrgicas de São Paulo, das indústrias plástica e química, a quebra da greve dos condutores e sua divisão em relação aos metroviários, tudo isso ocorrendo quase ao mesmo tempo demonstra a política pró-capitalista e pró-imperialista das direções traidoras. Elas são claramente responsáveis pela sustentação do Plano de Fernando Henrique Cardoso.

Em dezembro, o surto grevista de setembro e novembro teve continuidade com a greve nacional dos carteiros, gazistas e aeroviários. Todas essas greves têm sido praticamente liquidadas pelo divisionismo, isolamento e manobra política da cúpula burocrática. Entretanto, a burguesia não impôs nenhuma derrota violenta sobre as massas, que iniba suas tendências objetivas a levantes mais radicais.

Não surpreende o fato dos parlamentares petistas se calarem diante dos Planos apresentados na posse dos ministros em que se indica uma grande ofensiva neoliberal contra a economia nacional (desestatizações, abertura de mercado etc) e contra conquistas sociais mais elementares, como a aposentadoria por tempo de serviço e estabilidade do funcionalismo. O aplauso do casal Suplicy ao discurso de posse de Fernando Henrique é a demonstração da disposição de compromisso dos parlamentares do PT com a governabilidade antinacional e antipopular.

São Paulo, 14 de dezembro de 1994.

Gilberto Carvalho  
Secretário Geral Nacional  
Partido dos Trabalhadores - PT

Prezado Gilberto:

Tenho a honra de escrever-lhe para solicitar a minha desfiliação do PT.

Conforme informei ao Lula na semana passada, decidi aceitar o honroso convite que me fez o Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, para participar do seu governo no Ministério da Cultura.

A solicitação que ora lhe apresento me parece o caminho natural na circunstância, tendo em conta decisão do PT contrária à participação no governo. Além disso, atende também anteriores intenções minhas de desfiliar-me, manifestadas a você e ao Lula antes mesmo do convite que menciono acima.

Agradecendo a gentileza da sua atenção, renovo-lhe, nesta oportunidade, meus protestos de alta consideração e estima.

Francisco Weffort

Carta de Weffort. Dá para acreditar?

retomada econômica e o arretecimento do terror do desemprego e se projetaram em greves massivas, em que se destacou pela primeira vez a radical greve dos operários da construção civil. A tendência de levante das massas contra a política de opressão neoliberal, entretanto, foi contida pelas direções reformistas

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO  
PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO  
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA  
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

# Um petista no Ministério da Cultura

A intenção de Fernando Henrique Cardoso era que o PT integrasse seu governo num tipo de coalizão de unidade nacional. Porém, apesar da disposição de alguns setores do reformismo de compor com o PSDB, tal objetivo não pôde ser levado adiante. Entretanto, o PT se comprometeu em fazer uma "oposição construtiva", que quer dizer integrar o governo de fora.

O convite a Francisco Weffort para integrar o Ministério da Cultura e sua aceitação permitiu que o PT colocasse um pé no governo sem que formalizasse uma aliança. A forma encontrada para disfarçar a presença do partido no governo foi a de desligar Weffort do partido, a seu próprio pedido. Tal desligamento serviu para evitar conflitos internos como os que ocorreram quando Erundina entrou no governo de Itamar. Dessa vez a cúpula dirigente foi

mais sabida.

Francisco Weffort não é um homem qualquer do PT. Trata-se de uma das cabeças pensantes da direção que tem elaborado uma variante da linha socialdemocrata, ou seja, uma variante da política de colaboração de classes. É um homem de confiança de Lula e um dos mentores das idéias que o ex-operário metalúrgico papagueia.

A presença de Weffort num governo antinacional e antipopular é mais uma prova de que qualquer que seja a variante socialdemocrata acaba por assumir posições pró-imperialistas. O destino do reformismo petista é o de se ajoelhar perante o capital internacional.

## A luta anticapitalista e antiimperialista do proletariado

Ao contrário da posição reformista do PT de apoiar a governabilidade de Fernando Henrique Cardoso e colaborar com o Plano neoliberal, a tarefa da situação é trabalhar pela derrubada integral do Plano antinacional e antipopular através da luta das massas. Só se pode levar adiante essa tarefa se a vanguarda se organizar em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias. É a luta pela destruição do capitalismo que justifica desenvolver a luta de classes pela derrocada do Plano reacionário e do governo capitalista. Entretanto, trata-se de partir das condições objetivas do desenvolvimento político e ideológico do proletariado.

O ascenso grevista tem tido por motivo as reivindicações econômicas. Essas se chocam abertamente contra os fundamentos das medidas neoliberais. Isso indica que está aí o caminho para a vanguarda revolucionária combater eficazmente o Plano, vinculando-se às lutas instintivas das massas. O que quer dizer que a resposta proletária parte da defesa das condições elementares dos trabalhadores.

Trata-se de fazer campanhas sistemáticas de mobilização contra o esmagamento da vida dos explorados promovido pelo capitalismo putrefato e

pela política governamental. Frente ao avanço das medidas antinacionais, colocam-se as bandeiras antiimperialistas. Não se pode resistir à investida contra os salários e os empregos sem responder à opressão nacional. O proletariado é a única classe capaz de encabeçar uma frente única antiimperialista, justamente porque o enfrentamento com o grande capital internacional se traduz em luta anticapitalista, ou seja, pela expropriação revolucionária da burguesia.

A obrigação da militância consciente, revolucionária, é de trabalhar no seio do proletariado e atuar sobre suas tendências instintivas à revolta para que as reivindicações elementares se liguem ao combate antiimperialista e anticapitalista. As bandeiras de defesa do estatismo contra as privatizações, do controle operário da produção, desconhecimento da dívida externa, não à abertura do mercado que quebra a indústria nacional e aumenta o desemprego, expropriação de grandes grupos econômicos, nacionalização das terras dos latifúndios, deverão ser trabalhadas em conexão com as bandeiras vitais de salário mínimo real, reposição de todas as perdas, não ao congelamento dos salários, implantação da escala móvel dos salários e emprego,

saúde, educação e moradia.

Cedo ou tarde, o proletariado sentirá necessidade de responder à opressão nacional. Trata-se de preparar o caminho, desenvolvendo nos movimentos grevistas, de ocupação de terra etc as bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas de acordo com a situação concreta.

Ao contrário da ação dos reformistas, apegados ao cretinismo parlamentar, defendemos a unidade proletária, que será alcançada a partir das lutas vitais, para derrubar integralmente o Plano Real. É por essa via que amadureceremos as condições de combate aberto ao governo de coligação do PSDB/PFL e PMDB, ou seja, da luta política de massa contra o governo capitalista.

Também é por essa via que ajudaremos as massas a se livrarem do reformismo traidor, encarnado pelo PT e a confiarem nas suas próprias forças. A luta intransigente contra os reformistas para libertar as massas de seu controle é uma tarefa estratégica para a revolução. O mesmo caminho devemos percorrer para fortalecer o embrião do Partido Operário Revolucionário e transformá-lo numa verdadeira força dirigente, necessária para criar as condições programáticas e políticas para a revolução socialista.

Nacional



## Do Nordeste aos grandes centros urbanos do Sudeste predomina a miséria das massas

O recente estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), intitulado "Pobreza e Governabilidade", realizado por Sonia Rocha, retrata a realidade de miséria predominante no país, muito bem conhecida por qualquer brasileiro. O valor da pesquisa está na descrição minuciosa da distribuição da pobreza entre as regiões mais atrasadas do país como o Nordeste e as mais adiantadas como o Sudeste.

As conclusões não passam de pretensões pequenas e reformistas, como a de que a solução do problema está na retomada do crescimento econômico sustentado e na redistribuição de riquezas. Também as causas apresentadas para tamanha crise social só servem para obscurecer as verdadeiras razões, que se encontram no regime econômico de exploração do trabalho e concentração de capitais.

A recessão, inflação e existência de milhões de hectares de terras ociosos tidos como fundamentais para explicar a barbárie social nada mais são senão manifestações do sistema capitalista decadente.

A pesquisa conclui que os pobres e indigentes formam um batalhão de aproximadamente 60 milhões de pessoas, ou seja, 41% da população de 147 milhões de habitantes (PNAD de 1990). Os chamados pobres são aqueles que não têm renda suficiente para suprir todas as necessidades básicas de alimentação, moradia, transporte e vestuário. Nessas condições se encontram 42 milhões, 30% da população. Os indigentes são os que não ganham sequer para comer. São 16,6 milhões, ou seja 12% da população.

A pesquisa também mostra que o maior número de indigentes se encontra no Nordeste, principalmente na área rural. Mais precisamente 55% dos indigentes do país estão no Nordeste. Desse número, 43% vivem no campo. Está aí porque no Nordeste se procria uma nova raça sub-humana, que se denominou gáburis, por sua estatura de pigmeus. A desnutrição tomou conta dos municípios nordestinos, onde 30% de toda população infantil sofre de desnutrição e o retardo do crescimento é superior a esse número.

Os pobres que vivem nos grandes centros urbanos chegam a 12 milhões, sendo que

50% deles se concentram no Rio de Janeiro e São Paulo. Vemos que 6 milhões de pobres estão nos estados mais ricos da federação. Isso sem falar na categoria dos indigentes.

O estudo conclui que entre 1981 e 1990 o número de pobres e indigentes se manteve estável. Isso, no entanto, não quer dizer que parou de crescer a miséria. Ocorre que houve uma queda brutal na taxa de nascimento de crianças nesse período. A queda da natalidade é outra consequência de planos de esterilização forçada das mulheres indigentes e pobres.

A indigência e a pobreza têm por detrás o bárbaro salário mínimo e o desemprego. No Nordeste, os indigentes são aqueles que ganham menos que 1 salário mínimo e vivem em situação de subemprego. Se uma cesta alimentar custa 108 Reais, é claro que os milhões que recebem de menos de 1 a três salários mínimos passam todo tipo de privações. Os camponeses nordestinos estão submetidos aos latifundiários que dominam praticamente toda a terra da região. Os pobres dos grandes centros urbanos estão submetidos aos monopólios industriais e comerciais. O que quer dizer que não há possibilidade de solução alguma da miséria no interior do capitalismo, como pretende dar a entender a pesquisa governamental do IPEA. A solução real está na expropriação da propriedade privada dos meios de produção e seu controle pelo proletariado.





# Congresso da CNTE

## As verdadeiras tarefas de um Congresso da Educação

Será realizado no final de janeiro, em Porto Alegre, o congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A pauta se concentra em três pontos essenciais: análise da conjuntura, a questão educacional e o balanço da atual gestão da CNTE.

A atual direção elaborou uma tese única. Fato que também ocorreu no Congresso Nacional da CUT. Esse é um verdadeiro golpe na democracia sindical, isto é, direito de manifestação e expressão das diferentes posições políticas através de teses publicadas previamente e discutidas entre os trabalhadores. A burocracia procura impor o monolitismo de posições conciliadoras com o Estado e a burguesia.

Na realidade nem tese existe. Trata-se de um documento totalmente defasado. Quanto às eleições presidenciais, mostra a existência de "dois projetos" em disputa: o conservador de Fernando Henrique Cardoso e o da Frente Brasil Popular, como sendo o democrático, o responsável por amplas mudanças econômicas, políticas e sociais e por uma sociedade "mais justa". Critica a política neoliberal, como a responsável pelo desemprego, a concentração de riqueza e o arrocho salarial, mas aponta como solução o "fortalecimento de uma frente democrática e popular que assegure o poder político e as condições de implementação do programa de transformação do país". Em relação ao Plano Decenal, ditado pelos credores internacionais, enfatiza o acerto da direção da CNTE em participar do Conselho Consultivo e da Conferência Nacional da Educação. O acordo assinado de piso salarial profissional de 300 Reais, por 40 horas semanais, é apresentado como o passo mais importante das negociações entre o governo e a CNTE. Por fim, faz um balanço da atuação como sendo uma vitória para o movimento dos trabalhadores de educação. Para isso, cita as pressões no Congresso na época da LDB, participação no Fórum Permanente do Ensino Básico, presidido pelo Ministro da Educação e as negociações com o governo na elaboração do Plano Decenal.

A tese-única é a comprovação

mais evidente da política da burocracia sindical da CNTE, corrente Articulação e PCdoB. É a defesa do programa reformista da Frente Brasil Popular. Estamos diante do colaboracionismo classista e da negação da luta de massa. Não é por acaso que não se refere ao Plano de Lutas. Certamente, irão propor mais um dia nacional de manifestações nos estados. Isso vem se repetindo de Congresso em Congresso e o resultado também é o mesmo: atos desmobilizados e sem nenhuma perspectiva de ação unitária contra a política suceptadora dos estados às escolas públicas e gratuitas.

### As verdadeiras tarefas de um Congresso Nacional de Educação

Uma das tarefas centrais do Congresso é rechaçar o Plano Real, ou seja, o neoliberal imposto pelos países imperialistas. A essência do Plano Real é a abertura da economia nacional, o fim do monopólio estatal do petróleo, telecomunicações e energia, a destruição das conquistas sociais (estabilidade do funcionalismo público, Previdência social, aposentadoria por tempo de serviço e a especial etc), privatização de serviços públicos, como saúde e educação. Como se vê, é um Plano que atende aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais, que resulta em miséria da maioria da população.

Não há como se colocar a favor de aspectos positivos e rejeitar os negativos de um Plano que atinge em cheio a vida dos trabalhadores brasileiros. Essa é a linha que vendo desenvolvida pelo PT e que será defendida no Congresso da CNTE. Não é por acaso, que Fernando Henrique Cardoso mal assumiu o governo já fala em demissão do funcionalismo e da reforma constitucional. A burocracia sindical está calada diante do avanço de tais medidas. A paralisia da CUT, CNTE e sindicatos só tem contribuído para o avanço da ofensiva neoliberal.

Rechaçar o Plano Real significa aprovar no Congresso da CNTE uma Campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real (750 Reais

por 20 horas de trabalho), o acesso a todos à educação pública e gratuita, o fim da rede privada de ensino, a garantia de todas as conquistas sociais, contra a privatização e defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa etc. Uma Campanha que tenha como objetivo central mobilizar nacionalmente os trabalhadores para pôr abaixo a fome e à miséria.

Outro problema fundamental do Congresso é como responder ao Plano Decenal. A burocracia da CNTE já se posicionou favorável ao assinar o Compromisso Nacional de piso de 300 Reais. As negociações no Conselho Consultivo e na Conferência Nacional, promovida pelo governo, serviram para que essa direção rebaixasse as reivindicações dos trabalhadores e aceitasse um piso vergonhoso. O Plano Decenal visa ampliar a privatização do ensino, porque favorece as parcerias com as empresas. A meta do Plano Decenal segue a orientação do Banco Mundial de que o Estado só deve ter por responsabilidade o 1º grau. A autonomia das escolas, proposto por tal Plano, é uma farsa, porque não coloca de fato a escola nas mãos dos professores, funcionários, alunos e pais. O governo continuará controlando as verbas, as delegacias, secretarias e outros órgãos educacionais etc. A luta con-

Nacional



tra o Plano Decenal é a via da defesa das reivindicações históricas dos trabalhadores. O caminho só poder ser o da mobilização nacional de todos os oprimidos contra os governos destruidores da educação gratuita.

Cabe ao Congresso também rejeitar o avanço da burocratização dos sindicatos e da CNTE. Esta não tem servido de instrumento de mobilização dos trabalhadores em educação. Basta

lembrar as greves isoladas que ocorreram por todo o país e a ausência efetiva da Confederação. Permanece o mais deslavado corporativismo e fragmentação da classe. Rechaçar o divisionismo imposto pela burocracia e aprovar o caminho da ação direta dos trabalhadores, juntamente com uma nova direção, oposta ao reformismo, são essenciais para derrotar a política neoliberal de privatização e demissão dos trabalhadores. Por outro lado, é necessário também varrer com toda

conduta burocrática que permeia essas direções e aprovar o programa da democracia operária, assentado na mais ampla liberdade de manifestação, expressão de todas as posições políticas que de fato têm inserção na classe. Nada de tese pré-fabricada pelos burocratas! Unidade dos trabalhadores em educação de todo o país! Em defesa das reivindicações vitais da classe! Fora com as negociatas de gabinete e ação direta das massas para combater a ofensiva neoliberal!

## Têxteis-SP:

# Fechamento da TAB deixa 380 sem emprego

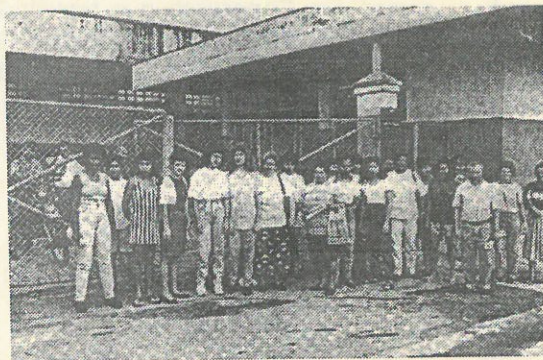
Os operários da TAB-Textil Abram Blaj foram demitidos ao voltarem das férias coletivas. Estão acampados na fábrica de São Miguel Paulista desde 02/01/94.

A empresa tem retirado parte do maquinário, como já ocorreu nas 3 unidades da Barra Funda fechadas em novembro. Algumas

máquinas (conicaleiras e urdideiras) foram escondidas na WX Representações em Cumbica. Das 54 máquinas penhoradas, 19 delas foram retiradas pelos bancos credores através da Justiça. Mas os trabalhadores não receberam nada.

A TAB não pagou a homologação aos têxteis e não deposita o FGTS há quatro anos.

A empresa propõe a formação de uma comissão de trabalhadores para vender as máquinas e pagara dívida trabalhista. O Sindicato propõe que a empresa venda o maquinário e repasse o dinheiro aos operários. A única atitude tomada



Os trabalhadores da TAB ficaram acampados.

pela direção foi recorrer à Justiça do Trabalho e retirar 2 máquinas que estavam escondidas em Cumbica. Trata-se de uma capitulação ao golpe de fechamento da empresa pelos patrões, que só favorece os capitalistas donos da empresa e aos bancos, que já estão garantidos com as 19 máquinas que levaram.

Para os trabalhadores, o que interessa é o direito ao emprego e aos salários. Defendamos a volta do funcionamento da fábrica. Que as máquinas retornem à empresa e os trabalhadores têxteis assumam o controle da produção. Isso só pode ser feito com mobilização. A Justiça Trabalhista estará sempre defendendo a propriedade dos capitalistas e a exploração do trabalho. Contra a política conciliadora e derrotista do sindicato, organizemos a luta direta contra o golpe patronal.

## Alemanha

# Assim é o capitalismo

Nos últimos tempos, tem crescido o desemprego na Alemanha. Recentemente, a Volkswagen exigiu que os sindicatos concordassem com a redução dos salários para não demitir em massa. A burocracia sindical aceitou sem nenhuma luta e a patronal aumentou a taxa de exploração do trabalho. Agora, a burguesia alemã pretende aplicar medidas da mesma natureza, com a promessa de criar 1 milhão de empregos nos próximos 4 anos.

O empresário Klaus Murmann (presidente do sindicato patronal) exige um acordo que aumente as horas de trabalho através da ampliação da semana de tra-

balho, que inclua inclusive os sábados. Além disso, pretende acabar com determinadas conquistas sociais, a exemplo da redução dos pagamentos de férias aos quem tenham ficado doentes etc.

A isso os capitalistas chamam de "pacto de empregos". Os trabalhadores chamam de "catálogos de horrores". Na verdade, a promessa de criação de 1 milhão de empregos é apenas uma máscara para aumentar a taxa de exploração do trabalho. Devido à grande concorrência mundial intercapitalista e devido à tendência a queda das taxas de lucro causada pelo aumento da tecnologia na composição orgânica do capital, a burguesia alemã procura se proteger aumentando a exploração do trabalho e sacrificando a vida dos operários.

# Abaixo a sangrenta repressão à Chechênia! Autodeterminação para os Chechenos!

Há 3 anos, durante a crise posterior ao golpe de 1991, a República russa da Chechênia declarou-se independente da Rússia. Desde então, o presidente Dzhorlas Dudayev tem buscado transformar o ato formal em realidade. No final de 1994, Yeltsin decidiu intervir militarmente. Tratava-se de tentar ganhar centralização no poder do estado e intimidar as tendências desagregacionistas e separatistas espalhadas por toda a Rússia. A intervenção volta-se também para o exterior, em especial para a questão da guerra civil na Bósnia, para mostrar que a Rússia não abriu mão do seu papel opressor sobre outras nacionalidades vizinhas, apesar do fim da URSS.

A Revolução Russa de 1917 eliminou a opressão nacional ao derrotar a burguesia capitalista e exploradora. A ditadura burocrática estalinista reintroduziu a opressão sobre as nacionalidades juntamente quando iniciava sua trajetória que levaria à restauração capitalista. Esta agravará a submissão desses países, porque parte da reconstituição da burguesia concentrada em Moscou, que pretende manter o domínio sobre nações como a Chechênia, rica em petróleo. Assim, a restauração capitalista acentua as tendências à guerra civil nos países do leste europeu, e isso estamos vendo. Conforme temos assinalado, a volta do

capitalismo não acontecerá sem a explosão das guerras civis e um banho de sangue.



Os chechenos resistem à invasão russa.

A Rússia é uma federação de nacionalidades onde também se expressa a opressão nacional. Há uma centralização de Moscou sobre as outras regiões, algumas delas não tendo nenhuma identidade com os russos, como é o caso da Chechênia.

A posição de Yeltsin se choca com os interesses imperialistas de atrair as repúblicas do leste e da ex-URSS para a influência das potências capitalistas. E já ganha oposição interna, porque não consegue resolver a questão e aumenta o desgaste do governo.

Yeltsin não consegue dominar a cidade de Grosnik, capital chechena. Bombardeia a cidade, matando indiscriminadamente. Os soldados russos, jovens entre 18 e 20 anos de idade, mal preparados, não conseguem vencer os rebeldes. O impasse vai agravando a situação.

A crise é gerada pela ditadura da burocracia estalinista, que mantém o país sob opressão há décadas. Se depender das frações estalinistas e choque, os chechenos estão entre a cruz e a espada: ou são derrotados e ficam sob o jugo de Moscou ou conseguem uma independência baseada numa relação de submissão ao imperialismo.

A única alternativa é a Revolução Política, que derrube a burocracia e restabeleça o poder proletário. Isso só pode ser feito pelos próprios chechenos e pelo proletariado russo. A união entre o proletariado russo e checheno é fundamental no combate às frações burocráticas estalinistas responsáveis pelas matanças.

Fora os russos da Chechênia!

Fora qualquer intervenção externa!

Abaixo a burocracia corrupta e ditatorial!

Autodeterminação para os chechenos!

Internacional



## Peru

### Greve dos petroleiros contra a privatização

No dia 2 de janeiro, os operários da empresa estatal Petróleos de Peru (Petroperu) fizeram uma greve de 48 horas contra a sua privatização. Segundo a Federação de Trabalhadores Petrolíferos do Peru, a greve de 48 horas foi uma advertência que poderá se transformar em greve por tempo indeterminado, caso o governo insista em entregar a estatal.

Os dirigentes sindicais denunciam que a empresa obteve lucros de 280 milhões de dólares e que o governo pretende atender os interesses dos capitalistas entregando a parte mais rentável das refinarias.

A privatização das estatais tem ocorrido em toda a América Latina sob a pressão do imperialismo. Os governos antinacionais mostram sua total covardia e capitulação diante das potências estrangeiras. A greve é o caminho de defesa do estatismo contra a invasão do capital internacional. O problema é que não pode ficar isolada e deve fazer parte da luta mais geral antiimperialista. A greve na Petroperu demonstra que só o proletariado pode conservar as empresas estatais contra a influência do imperialismo.

# Crise no México expõe fragilidade dos planos argentino e brasileiro.

A desvalorização do peso em 60% numa semana e a crise que se precipitou a partir daí revelaram o artificialismo dos planos neoliberais. O México foi o primeiro país a aplicar com rigor o plano ditado pelo FMI. Privatizou 1500 empresas estatais, abriu a economia para o capital estrangeiro, atacou a fundo os serviços sociais públicos, arrouchou os salários e congelou o peso em relação ao dólar. A inflação baixou e o capital estrangeiro passou a ingressar em massa no país. Calcula-se em 75 bilhões de dólares as aplicações especulativas feitas por investidores estrangeiros. Os capitalistas lucravam fábulas com as aplicações, recebendo juros altíssimos em uma economia de inflação baixíssima. Produtos americanos entraram no país à vontade e quebraram a fundo a economia mexicana. No ano passado, o sonho do fim da inflação começou a acabar.

O México sustentava o preço do peso baseado em uma fábula de dinheiro que era tomada emprestada nos bancos estrangeiros e pagos em juros aos investidores estrangeiros, que inundaram o país de dólares. Não havia outra alternativa de conseguir dólares, porque a balança comercial mexicana era negativa em 18 bilhões por ano. Rapidamente o México ficou numa situação de falência: só em 1995, terá de pagar 50 bilhões de dólares de empréstimos de curto prazo. As reservas em caixa do governo caíram de 15 bilhões para pouco mais de 6 bilhões em três meses. A moeda se desvalorizou no final de 1994: 60% em uma semana. Os prejuízos dos investidores chegaram a 10 bilhões com a queda nas bolsas de valores. A dívida externa mexicana pulou para mais de 140 bilhões de dólares e já é a maior do mundo.

Diante da crise, os investidores estrangeiros começaram a retirar seu dinheiro e procurar outros países, como por exemplo o Brasil, que hoje paga juros altíssimos, como fazia o México. A fuga de capitais pode levar a um agravamento da situação mexicana, porque existem 26 bilhões de dólares em títulos do governo chamados Tesobonos que estão nas mãos de investidores estrangeiros. As reservas nem de longe dão para cobrir esse valor. Os Estados Unidos liberaram uma ajuda aos mexicanos de 7 bilhões e estudam mais 25 bilhões, para evitarem que a crise se espalhe por toda a América Latina, o que elevaria os prejuízos a valores insuportáveis para a economia americana.

Mas os reflexos já começaram a acontecer: na Argentina, o governo foi obrigado a queimar 500 milhões de dólares numa semana para conter a desvalorização da moeda local. As bolsas brasileira e argentina

têm registrado quedas sucessivas, acompanhando a mexicana. No dia 03/01, a queda foi de 3,2% no México, logo após o anúncio de novas medidas econômicas para contornar a crise. No dia seguinte, a bolsa paulista caiu 3,17% e a de Buenos Aires caiu 5%. E o peso mexicano se desvalorizou em mais 5,3%.

O governo norte-americano teme que se forme uma reação em cadeia, que bloqueie a aplicação da receita neoliberal nos outros países da América Latina. A pequena recuperação das economias dos países desenvolvidos (imperialistas) deve-se em boa parte à aplicação desses planos nos países atrasados e à desintegração e abertura das economias do Leste Europeu. Os 15 milhões de empregos nos países imperialistas gerados pelo aumento das exportações para os países da América Latina estão ameaçados. Se os prejuízos alcançaram mais de 10 bilhões numa economia relativamente pequena como a mexicana, imagine-se o que aconteceria se o mesmo acontecesse no Brasil e Argentina. Todo o processo de privatizações e abertura do mercado em marcha na América Latina estaria ameaçado.

O Plano Real no Brasil e o Plano Cavallo na Argentina seguem o mesmo caminho do plano aplicado no México. A Argentina está numa situação de déficit na balança comercial há muitos meses, e esse déficit está se acumulando. O Brasil já tem dois meses seguidos de déficit, e a tendência é isso continuar pelo aumento das importações.

Pouco antes da posse de FHC, o ministro José Serra criava descontentamento entre a oligarquia nordestina quando defendia a priorização da reforma fiscal em detrimento da abertura de mercado e mudanças no plano Real, com a valorização progressiva do dólar. Serra expressava a posição do empresariado paulista, ameaçado em parte pelo aumento das importações sem impostos, pelos prejuízos nas exportações com a valorização artificial do real em relação ao dólar e preocupado em enxugar a máquina do estado, parasitada pela especulação financeira e pelas oligarquias. A oligarquia nordestina quer atrasar a reforma fiscal, que lhe tiraria as vantagens de administrar e utilizar em benefício próprio boa parte do orçamento público. Prefere privilegiar a abertura de mercado, que lhe favorece. Faz bloco com o imperialismo nesse sentido.

Os acontecimentos no México tendem a reforçar a posição de Serra. Já começaram a fazê-lo: as importações ganharam restrições com o aumento de taxas e limitação de teto. Agora, estuda-se como agilizar a reforma fiscal para evitar que o real fique ancorado apenas no grande volume de dólares que tem entrado no país. Para Serra, o governo precisa enxugar o déficit de 10 bilhões nas contas do governo federal, senão logo se abrirá a possibilidade da volta da inflação.

A realização dessa proposta implicará num aumento de impostos e corte de gastos com saúde, educação e previdência. Novamente, os assalariados serão penalizados.

A luta contra o ataque aos serviços sociais públicos, contra o aumento dos impostos e contra o arrocho salarial se liga com a luta antiimperialista e anticapitalista. Só pode ir às últimas consequências se aponta para a revolução proletária.

